



Seminário

Educação e Formação Humana: desafios do tempo presente

ANAIS ELETRÔNICOS

25 a 27 de abril
UEMG/CEFET-MG
Belo Horizonte (MG)

20
17

PRÁTICAS PEDAGÓGICAS COM A LITERATURA INDÍGENA NA SALA DE AULA¹

Natália Novaes²
Karla Cunha Pádua³

- Resumo

Este artigo busca analisar as contribuições do trabalho com literatura indígena para o desenvolvimento de práticas pedagógicas interculturais, utilizando observação participante em sala de aula, acompanhando o trabalho com literatura indígena desenvolvido por uma professora da rede municipal de Belo Horizonte, na disciplina de língua portuguesa em turmas do 4º ano do Ensino Fundamental. A pesquisa se encontra em fase de desenvolvimento, foram realizados até o presente momento 10 encontros onde foram feitas observações de práticas pedagógicas na escola. Foi possível identificar que a percepção inicial dos estudantes sobre os povos indígenas estava cristalizada no tempo da colonização e atrelada a noção de selvagem. Embora os estudantes reconhecessem a existência de povos indígenas nos dias atuais, não tinham a compreensão dos múltiplos povos indígenas que habitam o país, demonstrando-se surpresos e curiosos nos momentos em que foram trazidas informações e histórias de diferentes povos, principalmente sobre os povos indígenas que não vivem no norte do país, ou na “ floresta”, como dito pelos próprios estudantes. O estudo da literatura indígena, portanto, além de permitir às crianças questionarem-se sobre a identidade do povo brasileiro, trouxe elementos novos para a compreensão do mundo contemporâneo e, em especial, do mundo indígena. A literatura indígena tem uma estreita relação com a oralidade e, por isso, principalmente dentro das instituições escolares, existe um desconhecimento sobre ela, que é reflexo dos princípios que ainda regem o ensino das disciplinas. A negação da oralidade e da literatura indígena no trabalho com linguagens traz consigo a negação da história de vida desses escritores indígenas e suas comunidades e também o silenciamento da diversidade linguística e cultural brasileira. As observações realizadas em sala de aula dialogam com a produção acadêmica no sentido de provocarem de maneira intensa questionamentos e dúvidas nos estudantes. As perguntas das crianças, em geral, vêm demonstrando um processo gradual de abertura a novos modos de viver, de crer e de ser. Na pesquisa realizada, o aspecto da religiosidade e da crença tem sido aquele que mais salta aos olhos, devido ao fato da forte presença de elementos que remetem a ancestralidade, ao mundo espiritual e a territorialidade nas histórias trabalhadas com os estudantes, nas quais essas dimensões aparecem interligadas. No início do trabalho da professora com a temática, observamos que os alunos indagavam se as histórias lidas e contadas eram ou não verdadeiras e que a comparação entre as diferentes formas de crer levava as crianças a questionar crenças divergentes. Porém, com o passar dos

1 Este trabalho resulta da pesquisa em andamento “PRÁTICAS PEDAGÓGICAS PARA O ENSINO DE HISTÓRIA E CULTURA INDÍGENA: experiências de uma professora do Ensino Fundamental”.

2 Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Educação e Formação Humana na Universidade do Estado de Minas Gerais. nati-novaes@hotmail.com.

3 Doutora em Educação e professora do Programa de Pós-Graduação em Educação e Formação Humana na Universidade do Estado de Minas Gerais. kcpadua@yahoo.com.br

encontros, os alunos passaram a se permitir uma escuta maior e trouxeram questionamentos mais voltados ao tipo de linguagem utilizada, ao vocabulário, a forte presença dos animais nas histórias, substituindo o desejo por uma verdade única e uniforme. Perguntaram também sobre as razões dos conflitos pelo reconhecimento dos territórios indígenas e mesmo sobre as razões e os efeitos da colonização. Tais perguntas nos permitiram perceber que o trabalho com literatura indígena, além de ampliar vocabulário e possibilitar o trabalho com a história oral e escrita, tornou os estudantes mais sensíveis as causas indígenas, interessados na memória desses e de outros povos e curiosos para ouvir o que os escritores indígenas tem a dizer. Perguntas do tipo “Como é possível perder uma língua?”. Apareceram em rodas de conversa após a contação de histórias sobre a Iaiá Cabocla, história originária do povo Xacriabá. O momento da contextualização sobre a realidade deste povo levou os estudantes a relacionarem a luta do povo Xacriabá pelo território aos processos de invasão e dominação acontecidos na colonização. Como podemos ver, a literatura indígena se mostra como um caminho na construção de práticas pedagógicas voltadas para a interculturalidade, pois ao passo que permite uma maior consciência dos processos de enraizamento cultural, das negações e silenciamentos sofridos pelos povos indígenas, permite também conhecer e reconhecer a hibridização cultural e as influências mútuas entre literatura indígena e as demais literaturas, contribuindo para um alargamento das percepções e leituras possíveis do mundo.

Palavras-chave: Interculturalidade; Literatura indígena; Práticas docentes.

- Introdução

Os povos indígenas brasileiros e suas trajetórias de resistência ainda são desconhecidos dos alunos de muitas escolas brasileiras, as visões estereotipadas e mesmo preconceituosas estão demasiado arraigadas no cotidiano da escola e para além dela. É preciso reconhecer os avanços propiciados pelas leis 10.636/ 2003 e 11.645/ 2008, que instituíram a obrigatoriedade do ensino de história e cultura africana, afro-brasileira e indígena nos estabelecimentos de ensino em toda a educação básica, pois os debates trazidos pelas legislações permitiram que fossem identificados e revelados problemas na maneira como os povos indígenas e negros foram representados nos conteúdos escolares e questionar o apagamento destes povos da memória e da consciência nacional.

As referidas legislações propiciaram um avanço no sentido de impulsionarem iniciativas de universidades na formação inicial de professores e também na produção de materiais por parte de pesquisadores a fim de embasar o trabalho com a temática. Porém, a escala em que isso ocorre ainda é muito pequena perante a crescente demanda de formação de professores das mais variadas disciplinas e de produção de materiais voltados para a temática da diversidade cultural. Para além disso, a conscientização da população brasileira sobre as questões referentes as populações indígenas ainda é comprometida devido ao silêncio e/ ou deturpação da imagem das populações indígenas, quilombolas e demais comunidades tradicionais nas mídias de massa.

O fato é que há muito a caminhar e precisamos reconhecer os equívocos cometidos para buscarmos de maneira mais efetiva uma modificação das práticas pedagógicas voltadas ao

estudo da história e da cultura dos povos indígenas no Brasil, foco deste trabalho. Um destes equívocos presentes no fazer escolar é a difusão de uma visão única de ser indígena e o não reconhecimento das vozes múltiplas que se fazem presentes na luta e na resistência indígena pela palavra. Palavra esta que se faz presente em sua literatura oral e também na literatura indígena escrita, e que é instrumento de afirmação dos direitos indígenas e de problematização das distorções do discurso hegemônico que atribui aos povos indígenas caráter de primitivismo, exotismo e até desumanização.

De acordo com Graúna (2013), a tradição literária indígena contemporânea (oral, escrita, individual, coletiva, híbrida e plural) persevera no intuito da construção de uma auto-história de resistência, que esteja comprometida em denunciar os silenciamentos e a desmistificação do apagamento das tradições e da palavra de cada povo, posto que a palavra indígena sempre existiu e sempre existirá.

Este trabalho buscou a partir dessa relação entre a literatura indígena e a história de resistência de seus povos analisar as contribuições do trabalho com a literatura para o desenvolvimento de práticas pedagógicas interculturais, utilizando como instrumento a observação participante em sala de aula, acompanhando o trabalho com literatura indígena desenvolvido por uma professora da rede municipal de Belo Horizonte, na disciplina de língua portuguesa em turmas do 4º ano do Ensino Fundamental.

Considerando a conceituação trazida por Caldeira e Zaidan (2013), entendemos que a prática pedagógica é a atividade docente que é expressão do saber pedagógico dentro de uma instituição social que é historicamente construída. É uma prática social que se constrói, a partir do grau de consciência de seus atores, da visão de mundo que os orienta, do contexto onde a prática acontece, das necessidades e possibilidades próprias à realidade em que se encontram.

Reconhecendo a importância da escola no processo da formação dos grupos humanos na contemporaneidade, espaço de interação e encontro de sujeitos sociais, culturais e históricos, a questão da alteridade e do multiculturalismo está posta na escola. Portanto, construir práticas pedagógicas para a interculturalidade, mesmo que ainda não avistemos no horizonte essas práticas amplamente difundidas na escola brasileira, é algo a ser buscado, um processo que deve ser permanente e marcado pela valorização da interação e troca entre os diferentes sujeitos culturais e seus grupos. Um processo que busque um devir mais democrático, mais dialógico e que reconheça que o mundo é plural.

Para Candau (2012), a interculturalidade tem por base o reconhecimento das diferenças e a luta contra a desigualdade social e todas as formas de discriminação e busca promover relações dialógicas entre pessoas e grupos de universos culturais diferenciados, sem negar os conflitos e as relações de poder inerentes a esta realidade. Reconhecendo e assumindo esses conflitos, a interculturalidade busca através da prática pedagógica, estratégias para enfrentá-los.

Portanto, a educação intercultural rompe com a visão essencialista de cultura e de identidades culturais, se afasta também da educação monocultural e eurocêntrica. Reconhece toda a hibridização que permeia a construção das identidades de todos, assim discute as relações e tensões na sociedade e suas desigualdades, mas busca promover diálogo consciente das

fronteiras, lugares de encontro e pertencimento cultural. Analisamos neste trabalho as práticas pedagógicas de uma professora da Rede Municipal de Belo Horizonte, tendo por referência este conceito de interculturalidade e utilizando como instrumento metodológico, nesta etapa da pesquisa, a observação participante em 10 aulas da docente em três turmas do 4º ano do ensino fundamental.

- Desenvolvimento

O trabalho de campo dessa pesquisa está sendo realizado na Escola Municipal Murilo Rubião, que se localiza na região nordeste de Belo Horizonte. Acompanhamos o trabalho de uma professora de língua portuguesa que leciona para três turmas de 4º ano. A escolha em analisar a experiência dessa professora ocorreu a partir do contato com professores do ensino fundamental cursistas do Curso de Formação de Professores na Temática dos Povos indígenas (CUPI), oferecido pela UFMG no ano de 2016 a professores da rede pública, com objetivo de embasar os professores no desenvolvimento do trabalho com a temática indígena.

A professora selecionada chama-se Jacqueline, é formada em Pedagogia pela Universidade do Estado de Minas Gerais e estava entre o grupo de professores do ensino fundamental cursistas do CUPI. Foi contatada e selecionada por ter relatado durante o curso já ter, antes do ingresso no CUPI, desenvolvido práticas com ensino de história e cultura indígena em diferentes disciplinas que lecionou como professora e ter demonstrado grande interesse pela temática. Atualmente, a docente atua na Escola Municipal Murilo Rubião, ministrando língua portuguesa em três turmas do 4º ano.

Em nossa pesquisa o contato inicial com a escola aconteceu no dia 22 de fevereiro de 2017 onde foi realizada uma reunião com a professora, a diretora, a vice-diretora da escola e as coordenadoras explicando dos objetivos da pesquisa e por quanto tempo estaria realizando observação na escola, conheci também a equipe de professores do Ensino Fundamental I e demais funcionários do colégio para os quais fui apresentada. Neste mesmo dia deixei na escola cópias do projeto de pesquisa para que fosse possível a leitura na íntegra do projeto. Além disso foram entregues na escola cópias do termo de anuência e também dos termos de participação.

Foi acordado neste dia, com a professora e as diretoras, que a minha observação em campo se iniciaria em março, pois seria feito anteriormente uma reunião da escola com os pais para explicar sobre o projeto que seria desenvolvido ao longo do semestre com a temática da História e Cultura Indígena e sobre a minha presença na escola. Assim, no dia 07 de março de 2017 iniciei a observação participante que será desenvolvida até o final do semestre, em julho, devido ao objetivo de acompanhar o trabalho realizado pela professora durante todo o semestre.

Na mesma data recebi o termo de anuência assinado pela direção da escola, que me permitiu identifica-la ao longo deste trabalho, e também o termo de participação assinado pela professora Jacqueline, também permitindo a identificação de sua identidade. Esta pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade do Estado de Minas Gerais/Plataforma

Brasil, através do parecer de número 2.051.427, de 08 de maio de 2017. As observações na escola acontecem com a frequência de dois dias por semana, onde acompanhei a professora nas aulas com as turmas 201, 202 e 203, nomenclatura dada pela escola às turmas do 4º ano do Ensino Fundamental.

Em nosso primeiro encontro com as turmas, que também foi o primeiro dia de desenvolvimento do projeto, a professora iniciou uma conversa sobre o que as crianças pensavam sobre os indígenas, com as respostas dos alunos foi feito um quadro de ideias sobre as opiniões dos estudantes sobre os povos indígenas. As ideias iniciais registradas no quadro foram de grande importância para a pesquisa, pois demonstraram uma percepção quase unânime entre as turmas de que as populações indígenas são povos do passado, e de que mesmo os povos que existem atualmente estão restritos ao ambiente de floresta. Os alunos vincularam sua percepção de povos indígenas a noção de seres selvagens, preguiçosos e animalizados e fizeram menções ao fato de serem o que eles haviam aprendido, na televisão e na escola.

A noção de uma identidade indígena única prevaleceu entre os alunos de todas as turmas. Eles relataram acreditar que todos os povos indígenas falavam a mesma língua na época da colonização e ainda hoje, essa concepção pode ser resultado de um trabalho com o multiculturalismo com foco na ênfase numa abordagem essencialista da cultura indígena, ignorando as diferenças e as hibridizações entre as culturas.

De acordo com Freire (2000), existem algumas ideias equivocadas sobre as populações indígenas que permeiam o imaginário social brasileiro, a primeira delas, refletida nas falas dos estudantes desta escola é a de que os indígenas constituem um bloco único, com a mesma cultura, compartilhando as mesmas crenças e a mesma língua. Essa ideia representa um grande desafio a ser vencido, pois nela está contida uma noção generalizadora que não agrupa os povos indígenas, mas sim serve como rótulo que apaga e assimila as inúmeras diferenças entre os povos indígenas do Brasil.

O segundo equívoco anunciado por Freire e também muito presente nas percepções dos alunos destas turmas é a ideia de que as culturas indígenas são atrasadas e primitivas e que os povos indígenas não produziram saberes, ciências, arte, literatura, poesia, música e religião. Os alunos demonstraram-se muito surpresos ao saber que ao longo do projeto estudariam livros de autores indígenas, pois para eles indígenas não tinham histórias.

Essas visões sobre as populações indígenas se entrelaçam também ao terceiro equívoco, de que as culturas indígenas são congeladas e ao quarto equívoco, que os indígenas pertencem ao passado da história brasileira, não sendo, portanto, possível um indígena ser escritor, usar tecnologia ou mesmo viver fora da aldeia. Uma das alunas contou ter visto uma pessoa disfarçada de indígena na cidade, pois para ela e para a maioria dos alunos de sua turma seria impossível ser indígena e viver na cidade.

Outro elemento importante observado foi uma ausência de clareza das diferenças entre os povos africanos e os povos indígenas, posto que os estudantes afirmaram durante o debate que os povos indígenas vieram da África e que os indígenas eram negros, o que cremos ser reflexo da ausência de aprofundamento nos estudos sobre estes povos nos currículos escolares. A professora Jacqueline após esse primeiro momento fez a apresentação de um trabalho de

registro pelo desenho feito pela turma do ano anterior com o livro *Coisas de Onça*, do Daniel Munduruku. Os alunos ficaram impressionados com o fato de haver escritores indígenas e curiosos para ouvir um pouco da história, que foi contada para eles ao fim do horário.

No segundo encontro a professora Jacqueline desenvolveu uma atividade de leitura e interpretação de texto, passando no quadro um texto sobre os indígenas e a sua relação com a terra e o território e discutindo sobre este texto. Foi dito aos alunos que na visão indígena a terra não é para somente um bem comercial de propriedade individual. A terra é mais do que um pedaço de chão, não é apenas base de seu sustento, mas onde repousam seus ancestrais, onde se reproduzem a sua cultura, a identidade e a organização social.

Após o momento de leitura, a professora explicou aos estudantes a relação entre os povos indígenas e a terra, contando também um pouco sobre a luta pela terra nos momentos da colonização e nos dias de hoje. Mas houve um dissenso entre os significados dados pelos alunos a terra e território, pois a referência de terra enquanto planeta e não como território era a perspectiva da qual os alunos partiam. A noção de propriedade coletiva também foi vista como uma novidade.

Após a explicação sobre o que se configura como território indígena, explicou-se um pouco de como devido aos interesses latifundiários, de grandes empresas, além dos conflitos com posseiros, os territórios indígenas estão sendo invadidos e não demarcados. E que por vezes os interesses econômicos prevalecem sobre o respeito aos povos indígenas e seu direito originário ao território. Disse a eles que para muitas das comunidades indígenas, a relação com a terra perpassa por valores que transcendem a questão mercadológica, uma vez que a mesma está associada ao modo de vida tradicional indígena que agrega suas crenças e ritos, seu trabalho enquanto manutenção da sobrevivência, à oferta e obtenção dos recursos necessários às suas demandas. Deste modo, a terra passa a ser parte de sua forma de atuação sobre o espaço garantindo a configuração de sua cultura.

Alguns alunos se questionaram se os índios de hoje em dia deixaram de ser índios ou não, porque misturaram muito. A professora explicou aos alunos que o fato de um povo ser misturado, ainda que indique que não tenha mais algumas tradições e tenha adquirido outras não o descaracteriza enquanto povo e não pode retirar os seus direitos.

Estas perguntas nos levam a refletir sobre a influência do ideal assimilacionista que ainda hoje predomina no imaginário dos alunos e na educação escolar. Reflexões sobre o que constitui a pessoa indígena e sobre a identidade cultural do povo brasileiro apareceram de forma muito marcante neste segundo encontro. No entendimento dos alunos evidenciou-se uma separação dura entre “ser brasileiro” e “ser indígena”.

Viveiros de Castro (2015) nos auxilia a compreender essa ideia quando afirma que no Brasil a teoria da mestiçagem se constitui segundo um modelo de soma-zero: quanto mais branco, menos índio; quanto mais índio, menos branco. Como se as “culturas” índia e branca se cancelassem, não pudessem ocupar um mesmo espaço. Quanto mais branco melhor, e quanto mais índio pior, esse é o fundamento por trás dos discursos propagados ao longo do tempo e que acabam por disseminar a crença que “índio” é algo que só se pode continuar a ser, ou deixar aos poucos de ser. De acordo com este pensamento, é impossível voltar a ser índio.

Outra crença contida nesta linha de raciocínio é o quinto equívoco anunciado por Freire (2000), que é o fato do brasileiro não considerar a existência do índio na formação de sua identidade. De acordo com o autor, os povos indígenas não foram “assimilados”. Suas culturas se modificaram da mesma forma que a portuguesa ou qualquer outra cultura. A reflexão sobre esse equívoco nos levou até o conceito de transculturação, que é muito utilizado por pesquisadores e escritores indígenas brasileiros e que se aplica no entendimento da formação da identidade brasileira.

Esse termo transculturação foi criado por Ortiz em seu livro *Contrapunteo cubano del tabaco y del azúcar*, que foi publicado pela primeira vez em 1940. Nele o termo é utilizado para designar e explicar o processo de trânsito de uma cultura a outra, onde afirma que o indivíduo não perde a identidade ao entrar em contato com o outro e, portanto, a mistura e a miscigenação são processos de transformação repletos de negociação cultural e resistência. De acordo com Graúna (2012), reconhecer que as sociedades tradicionais sofreram o impacto e se transformaram a partir da dominação europeia é diferente de afirmar que os índios perderam a sua cultura ou foram desindianizados.

No terceiro encontro, as discussões sobre identidade indígena e brasileira permaneceram latentes. Foram apresentadas as três turmas o gênero textual música, e com ele duas canções que tratavam dos povos indígenas, uma que relata a chegada dos portugueses em terras brasileiras e uma que retrata os conflitos vividos no Xingu em razão da defesa do território e garantia de direitos. A 1ª delas foi a música *Chegança*, de Antônio Nóbrega, que trata do momento da chegada dos portugueses ao Brasil na perspectiva das populações indígenas. A 2ª música foi o samba enredo da escola Imperatriz Leopoldinense, em 2017, e teve como objetivo retratar um pouco a realidade dos povos do Xingu, os conflitos e disputas pela terra e os desafios impostos a nível ambiental. A partir das músicas as crianças fizeram perguntas no sentido de entender um pouco o que diferencia os povos indígenas dos demais brasileiros e refletiram um pouco dos prejuízos causados historicamente às populações indígenas.

Apareceram diversas perguntas que questionavam sobre a resistência indígena aos processos de dominação e tomada de territórios, questionamento sobre as razões que levaram os europeus a explorarem as populações indígenas, mas de maneira muito forte perguntas sobre a identidade brasileira. Pudemos ouvir de muitos alunos a pergunta “Será que eu tenho parte indígena?”, “Como faço para conhecer a minha parte indígena?”. A medida que as perguntas foram sendo respondidas, eles começaram a receber com mais empatia as canções que de início causaram estranhamento. Porém, as dúvidas sobre a identidade brasileira e indígena permaneceram.

Na quarta aula que acompanhamos foi trabalhado o uso do dicionário com os alunos, utilizando-se da letra da música *Chegança*. Foi pedido aos estudantes para que procurassem no dicionário todas as palavras contidas na música que eles não conhecessem e depois que registrassem o significado delas no caderno. Os nomes *nau*, *borduna* e os nomes das etnias indígenas foram os mais procurados. Os alunos perguntaram se aqueles nomes de etnias que apareceram na letra da música eram de todos os povos que existiam na época, ao obterem a resposta não, eles queriam saber quantos eram.

A professora respondeu que eram muitos e que muitos destes ainda existem hoje. Porém, explicou que muitos povos não existem mais, devido aos conflitos da luta pela terra no país,

que tiveram como consequência muitas mortes e a dizimação de comunidades indígenas inteiras, apesar de toda a resistência. A noção dos indígenas enquanto povos do passado também apareceu nesse encontro, pois apesar dos alunos já reconhecerem a existência das múltiplas comunidades indígenas, se impressionaram quanto a diversidade dos nomes de etnias, que em sua grande maioria não foram encontrados no dicionário. Segundo alguns dos estudantes da turma 203, eles nunca tinham ouvido falar destes povos na televisão, o que nos revela o apagamento das lutas dos povos indígenas na televisão brasileira.

O quinto encontro também voltou-se a música *Chegança*, foram realizadas atividades voltadas a conceituação de substantivos comuns e próprios, utilizando-se da letra da música. Trabalhou-se também o conceito de verbo, acentuação de palavras e trocas de letra, tendo como foco principal o: q e g, m e n, r e rr. O trabalho desenvolveu-se através de aula expositiva e atividades no caderno. Ao final da aula, os alunos de uma das turmas manifestaram interesse em ensaiar e cantar a canção, tendo sido gravado um vídeo pela professora com o que foi cantado pelos estudantes.

No sexto encontro, foi realizada atividade de leitura e interpretação de texto utilizando-se de um texto da mitologia grega “Teseu e a Pele do Leão” e foi realizada a contação da história “Um lugar de todos”, do livro *Catando piolhos e contando histórias* do escritor indígena Daniel Munduruku. Os alunos se interessaram bastante pelas histórias e questionaram sobre a veracidade das mesmas e mesmo sobre os deuses que apareceram em cada uma delas. Por meio da comparação, uma das estudantes se questionou se Zeus (na mitologia grega) tinha mesmo o poder que dizia na história, e como que o criador (na mitologia indígena) transformou a mulher do cacique numa mandioca.

Pensar em mais de um tipo de modos de crença e de vida levou a menina a se questionar sobre a veracidade das histórias contadas e, por fim, ao desejo de “pesquisar” sobre outras histórias de outras matrizes culturais. Vários estudantes fizeram comentários dizendo que as histórias indígenas tratam muito da ancestralidade e das coisas do mundo espiritual e que também envolvia os animais. Durante o debate com as crianças, a professora abordou a pluralidade de crenças existentes no mundo, e reforçou a necessidade do respeito com aquilo que é verdade para outros povos.

No sétimo encontro, foi realizado nas turmas um círculo de contação de história, antes dele houve contextualização da história e de qual povo se tratava. Era uma história vinda do povo Xacriabá, que atualmente vive em uma Terra Indígena localizada no município de São João das Missões, no norte de Minas Gerais. Foi dito aos alunos que antigamente o território era muito maior e não se restringia apenas aquela região, mas devido aos conflitos e constantes invasões da terra e também a demora no reconhecimento do governo de que a terra pertencia aos indígenas, muitas riquezas naturais se perderam. Outras mudanças também aconteceram, como a perda da língua falada originalmente e as misturas nos costumes e organizações sociais do povo, além da mudança ocasionada por essa soma de fatores no aspecto ambiental.

A história escolhida para o dia foi a da Iaiá Cabocla, que conta de uma indígena que se encantou como onça e se tornou a protetora do território Xacriabá. Após a contação de história foi aberta uma roda de conversa com os alunos, para que eles pudessem fazer perguntas. O aspecto “espiritual” da história foi o que mais chamou a atenção dos estudantes. Apareceram nas três turmas diversas perguntas, buscando conhecer mais sobre como a onça se encantou

e também buscando saber se todas as onças são encantadas. Perguntas sobre a Iaiá cabocla e sobre como é possível um espírito nunca morrer apareceram nas histórias. Alguns alunos apontaram o fato que Iaiá unia em si três dimensões de vida: A vida como indígena Xacriabá, a vida como onça encantada e a vida como espírito protetor.

O universo do encanto exerceu um grande fascínio sobre as crianças que ficaram discutindo e se perguntando muitas coisas sobre a cabocla. De acordo com Graúna (2013), a noção de ancestralidade, a presença dos antepassados e espíritos, além da noção de deslocamento, estão relacionadas a percepção de identidade e se constituem como marcas da tradição literária indígena brasileira.

Outro aspecto que chamou a atenção dos alunos foi o da linguagem. A partir da história surgiram perguntas em torno do processo de perda da língua falada pelos Xacriabá e como as tradições se mantiveram mesmo sem a presença da língua falada anteriormente. O fato das aldeias Xacriabá estarem localizadas em Minas Gerais também causou estranhamento e os levou a perguntar sobre os nomes dos outros povos que existem aqui em Minas Gerais.

Após esse momento foi pedido aos alunos que fizessem um desenho em grupo daquilo que tinham mais gostado na história da Iaiá Cabocla. A imagem do espírito de Iaiá no corpo da onça foi presença marcante nos desenhos dos grupos, o que demonstra que o universo do encanto e a coexistência dos espíritos de animais e seres humanos num mesmo corpo foi um aspecto de diferenciação entre a cultura não indígena e a cultura dos Xacriabá, tal percepção dos alunos também se manifestaram no oitavo encontro, onde eles realizaram o reconto coletivo da história da Iaiá Cabocla e também ressaltaram o momento em que a Iaiá se tornava onça e os espírito delas coexistiam através do encanto.

No nono encontro, foram realizadas atividades diversas nas turmas. Na turma 202, foi realizada a contação da história “ Um índio chamado esperança”, do autor Luiz Galdino, um conto que conta a história de um menino indígena que buscava seu nome e na procura por esse nome entrou em contato com diversos animais e suas sabedorias. Após a contação da história foi pedido o registro das histórias através do desenho, foi possível observar na maioria dos desenhos o resgate do nome na língua indígena como elemento mais importante da história.

Nas outras turmas foi realiza uma atividade em sala de aula voltada para o trabalho com palavras da língua portuguesa que tem origem indígena, trabalhou-se o uso do dicionário e também a escrita de sentenças onde estas palavras estavam inseridas. Ao término das atividades, os alunos concluíram que ainda que a língua portuguesa seja muito diferente da língua falada pelos povos indígenas antes da colônia, o nosso português tem muitos elementos de língua indígena, assim como as histórias que se aprendem com os avós tem vários elementos e palavras que também pertencem as tradições e culturas indígenas, fizeram assim uma relação entre cultura indígena e cultura popular brasileira.

No décimo encontro, foi realizada uma contação de histórias para os alunos, onde foi utilizado o livro Contos indígenas brasileiros, do escritor Daniel Munduruku. Neste dia, foi contada a história do Roubo do Fogo, mito do povo Guarani. Os alunos novamente se fizeram curiosos e interessados pelos elementos mágicos e espirituais da história, alguns chegaram a se perguntar se seria possível até o final do ano conhecermos a história de vários povos indígenas, pois diferentes do que eles achavam antes, perceberam que os indígenas também contam muitas boas histórias e tem uma cultura interessante, apesar de diferente.

- Considerações finais

Como vimos nos relatos da prática pedagógica da professora Jaqueline, o trabalho com a literatura indígena e com a história e cultura dos povos indígenas no estudo de língua portuguesa e literatura colabora para a construção de experiências educacionais interculturais e tem proporcionado aos alunos um alargamento das suas visões e percepções de mundo. Podemos observar um processo de reflexões críticas, transformações do seu imaginário relativo aos povos indígenas e a busca pelas próprias raízes identitárias e culturais.

A literatura indígena rememora histórias de resistência, luta pelo reconhecimento de direitos e de valores indígenas, clama pelo respeito as diferenças, portanto, diz muito da história e da palavra de seus povos. Conhecer literatura indígena é muito mais do que o mero cumprimento das exigências de uma legislação, mas sim como um direito de todos. Direito de conhecer as vozes dos povos indígenas, os seus saberes, sua memória, que são parte da cultura brasileira.

Contudo, desafios se fazem e se fizeram presentes nas práticas pedagógicas, dentre eles, podemos mencionar o curto tempo de aula em cada turma, a ausência da presença da temática da literatura indígena no livro didático e as dificuldades próprias de se trabalhar a complexidade da temática indígena na sala de aula. Porém, é preciso reconhecer que apesar de todas essas dificuldades, o trabalho realizado caminha com sucesso no sentido da construção de práticas interculturais, posto que permite-nos discutir a questão da identidade e da alteridade e leva os alunos a refletirem sobre o direito a diferença, a hibridização cultural, as relações sociais, o poder e a memória, questões chaves para compreender melhor o outro e a si mesmos.

- Referências

CALDEIRA, Anna Maria Salgueiro; ZAIDAN, Samira. Práxis pedagógica: um desafio cotidiano. **Paideia**, Belo Horizonte, v. 14, n. 10, p.18-32, jun. 2013. Disponível em: <<http://www.fumec.br/revistas/paideia/article/viewFile/2374/1430>>. Acesso em: 7 fev. 2017

CANDAU, Vera Maria (Org.). **Didática crítica intercultural: Aproximações**. Petrópolis: Vozes, 2012. 251 p.

CASTRO, Eduardo Viveiros de. Prefácio. In: HERRERO, Marina; FERNANDES, Ulysses (Org.). **Baré: o povo do rio**. São Paulo: Sesc Sp, 2015.

FREIRE, J.R. Bessa. Cinco ideias equivocadas sobre o índio. In: **Revista do Centro de Estudos do Comportamento Humano (CENESCH)**. Nº 01 – Setembro 2000. P.17-33. Manaus-Amazonas.

GALDINO, Luiz. **Um índio chamado esperança**. 1ª. ed. [S.l.]: Nova Alexandria, 1998. 29 p.

GRAÚNA, Graça. **Contrapontos da literatura indígena contemporânea no Brasil**. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2013.

LIMA, Deborah de Magalhães. O Homem Branco e o Boto:: o encontro colonial em narrativas de encantamento e transformação (Médio Rio Solimões, Amazonas). **Teoria e**

Sociedade, Belo Horizonte, p.173-198, maio 2015. Semestral. Disponível em: <<http://www.fafich.ufmg.br/revistasociedade/index.php/rts/issue/viewFile/14/9>>. Acesso em: 16 jan. 2017.

MUNDURUKU, Daniel. **Catando Piolhos, Contando Histórias**. 1ª. ed. São Paulo: Brinque- Book, 2006. 48 p.

MUNDURUKU, Daniel. **Coisas de Onça**. 1ª. ed. [S.l.]: Munduruku, Daniel, 2011. 40 p.

MUNDURUKU, Daniel. **Contos indígenas brasileiros**. 1ª. ed. Brasil: Global, 2004. 63 p.

ORTIZ, Fernando. **Contrapunteo cubano del tabaco y del azúcar**. Madrid: Cátedra, 2002.



5 Seminário

Educação e Formação Humana: desafios do tempo presente

Realização



FACULDADE DE
EDUCAÇÃO



Apoio



UNIVERSIDADE
DO ESTADO DE MINAS GERAIS



Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação

Coparticipação

FADECIT.
FUNDAÇÃO DE APOIO E DESENVOLVIMENTO
DA EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE
MINAS GERAIS